

## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

# RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

**Assunto:** Pedido de esclarecimento apresentado pela empresa *Pedra Angular Engenharia* 

Interessada: Pedra Angular Engenharia – CNPJ 58.806.182/0001-72

Objeto: Reforma e ampliação da sede da Câmara Municipal de Mongaguá

## 1. Da análise do pedido

A interessada formula questionamentos relativos à identificação dos itens unitários relevantes para aferição de exequibilidade, aos critérios de habilitação técnico-profissional e à obrigatoriedade de vistoria técnica. Requer, ainda, de forma subsidiária, a modificação de dispositivos do edital.

Após análise técnica e jurídica, este Agente de Contratação esclarece que não há motivo para alteração ou complementação do edital, uma vez que o instrumento convocatório já atende integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios da isonomia, competitividade e julgamento objetivo.

### 2. Dos itens unitários relevantes e da exequibilidade

O Termo de Referência e os anexos técnicos da Concorrência nº 01/2025 estabelecem que o regime de execução será empreitada por preço global, e que a planilha orçamentária disponibilizada pela Administração possui caráter meramente indicativo e não vinculante, devendo a proposta refletir o preço global ofertado.

Dessa forma, não há obrigatoriedade de a Administração definir previamente itens unitários relevantes, uma vez que a aferição de exequibilidade, prevista no art. 59, §3°, da Lei nº 14.133/2021, será procedida apenas sobre os componentes eventualmente indicados como relevantes após a fase competitiva,







## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

considerando o conjunto técnico-financeiro da proposta vencedora. Essa sistemática preserva a objetividade e a isonomia entre os licitantes, além de evitar direcionamentos indevidos.

Assim, não se acolhe o pedido de modificação ou complementação do edital neste ponto.

## 3. Da habilitação técnico-profissional

O edital adota critérios compatíveis com a complexidade da obra — reforma e ampliação estrutural e elétrica de edificação pública —, exigindo comprovação de aptidão por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) de profissionais vinculados ao licitante, conforme artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência do TCE-SP (Súmula 24).

Os quantitativos mínimos constantes da planilha e dos memoriais descritivos são diretamente relacionados à natureza do objeto e à segurança da execução, não configurando restrição indevida à competitividade. Assim, permanece inalterado o edital, sendo indeferido o pedido de revisão dos quantitativos ou flexibilização das exigências técnicas.

### 4. Da vistoria técnica

O edital é claro ao prever, em seu item 4.24 e seguintes do Termo de Referência, que a vistoria é imprescindível para o conhecimento pleno das condições do local.

Porém, prevê a faculdade de apresentação de declaração formal, caso o licitante opte pela não realização da vistoria técnica, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (item 4.27).

Trata-se, portanto, de exigência que permanece inalterada, não constituindo requisito de habilitação, mas condição de responsabilidade do participante quanto ao correto dimensionamento de sua proposta.







# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

## 5. Conclusão

Diante do exposto, a Administração esclarece e indefere o pedido formulado pela empresa Pedra Angular Engenharia, mantendo integralmente inalterado o Edital e seus anexos, por inexistirem omissões, contradições ou vícios capazes de comprometer a legalidade, a competitividade ou o julgamento objetivo do certame.

Mongaguá, 23 de outubro de 2025.

Josué Sanches

Agente de Contratação da

Câmara Municipal da Estância Balneária de Mongaguá



